

Vizinhos Distantes: Reflexões sobre a Alta de Coimbra¹

Marcia Regina Medeiros Veiga – UFSM/RS

Monalisa Dias de Siqueira – UFSM/RS

Palavras-chave: Territórios; idosos/as; conflitos

A Alta do centro histórico de Coimbra, cidade centro-litorânea de Portugal, é um território paradoxal.

Com uma história milenar que se confunde com a história da cidade e do próprio país, sua centralidade não é somente geográfica.

Abrigando, outrora, a realeza e a nobreza portuguesas, a Alta sempre se contrapôs, hierarquicamente, à Baixa, território plebeu marcado pelo movimento do povo coimbrão: os artesãos, os comerciantes de rua, os feirantes, as lavadeiras do rio Mondego, as tricanas vendedoras de água.

Em tempos não tão remotos, a Alta, ela própria, já foi cheia de vida e movimento, sendo uma região residencial, cercada de comércios e serviços os mais diversos.

A ocupação da Alta, durante o período do Estado Novo, pela Universidade de Coimbra, a primeira universidade portuguesa – uma das pioneiras no mundo todo –, desalojou uma parte significativa da população e dos serviços daquele território.

Hoje, para além dos prédios da Universidade, a Alta comporta um edificado envelhecido e degradado, ocupado, em grande parte, por estudantes e por uma população bastante idosa, populações essas que vêm sendo, pouco a pouco, sufocadas pelos empreendimentos turísticos, que vêm tomando conta dos edifícios e do território como um todo.

Pretendemos, com esta comunicação, refletir sobre “vizinhos” que são, a um tempo, próximos e distantes – patrimônio e turismo; velhice e juventude; hierarquia e irreverência –, em seus conflitos cotidianos pela apropriação, construção e reconstrução de um espaço cada vez mais fragmentado e contraditório.

Começemos, então, com uma breve contextualização do território da Alta².

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

A Alta de Coimbra constitui-se um verdadeiro cartão de visitas da cidade. Ir à Coimbra e não visitar o espaço histórico da Alta, com suas ruelas e becos íngremes; suas escadarias a cortar os caminhos; os Largos da Sé Velha e da Sé Nova – palcos de acontecimentos religiosos e culturais – e seu astro principal, a Universidade de Coimbra, corresponde à propaganda máxima de “ir-se a Roma e não se ver o Papa”.

Imponente, no alto da colina mais elevada, a visão da Alta, e, mais especificamente, da Torre da Universidade – a “Cabra” –, faz parte do cotidiano de Coimbra, sendo praticamente impossível evitá-la, esteja-se em qualquer ponto da cidade. Esta é uma das visões mais marcantes da cidade, principalmente para os/as estrangeiros/as, mas igualmente importante e repleta de significados para seus/suas autóctones.

Sendo uma das chamadas “cidades de colina”, cidades construídas, como estratégia de proteção e de marco hierárquico, no topo da colina mais alta do território (Lobo; Simões Júnior, 2012; Simões Júnior; Campos, 2013), com uma altitude que chega, atualmente, aos 108 metros, contra os 19 metros encontrados nas zonas mais deprimidas da Baixa (Alarcão, 2008), Coimbra tem sua origem mesmo na Alta, uma das áreas mais declivosas da cidade. A própria designação – “Alta”, ou “Almedina”, na versão moçárabe – é indicativa de sua localização: o topo da colina, além, é claro, de marcar uma oposição à Baixa, território “fora de portas”, outrora destinado à população plebeia, onde as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz assumem de forma bem vincada a linha divisória entre os setores da encosta e da planície.

Nos seus longos anos de vida, a Alta vivenciou grandes transformações territoriais (Veiga; Santos, 2012) que culminaram em sua atual estrutura.

Hoje, a Alta de Coimbra é um território cuja diferenciação espacial é marcada pelos usos e funções (acadêmicas, residenciais e turísticas, de uma maneira geral) de seu edificado, funções essas que, em algumas vezes se sobrepõem e que evidenciam, também, de uma forma segregadora e hierárquica, as categorias sociais de seus/suas ocupantes.

² A Alta foi um dos quatro territórios escolhidos para o desenvolvimento da tese “Velhices e territórios: Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal”, de autoria da primeira autora deste artigo, com coorientação da segunda (a orientação da tese foi dividida com o António Manuel Rochette Cordeiro e Sónia Cristina Mairos Ferreira, professor e professora, respectivamente, da Universidade de Coimbra, onde a tese foi realizada). Os outros três territórios, todos localizados na cidade de Coimbra, foram: a Solum, uma nova centralidade urbana, e os territórios rurais do Botão e do Casal do Lobo.

Os principais prédios da Universidade – que, na atualidade, se estende em outros dois polos e outros três espaços – construídos e/ou restaurados e reestruturados para novas funções a partir da Reforma Pombalina³ e, mais recentemente, durante o Estado Novo⁴ (que desapropriou e destruiu⁵ uma parte significativa do espaço residencial e de serviços desse território), ocupam o núcleo central da Alta.

A área residencial, ocupando as ruas que circundam a Universidade, é composta por antigas residências, grande parte (aproximadamente 45%, segundo dados da Base Geográfica de Referenciação da Informação do Instituto Nacional de Estatística português – BGRI/INE 2011) construída antes de 1919 (algumas com datas anteriores ao período pombalino), significando, obviamente, um edificado muito envelhecido, grande parte fora dos padrões de habitabilidade e acessibilidade exigidos na atualidade e sofrendo com o peso do tempo – e do próprio patrimônio. As casas da Alta, em geral, têm mais de três andares, sendo plurifamiliares (grande parte desses edifícios é explorada como casas de aluguel, ocupadas por várias famílias ou indivíduos, o que garante um maior aproveitamento e rendimento para os locadores).

Sendo um território muito explorado pelo setor de turismo (que envolve iniciativas privadas, públicas e também parcerias público-privadas), o território da Alta também comporta uma série de bares, restaurantes, cafés, *hostels*, albergues de luxo e lojas de *souvenirs*, produtos típicos e artesanais, ou seja, equipamentos, serviços e produtos que têm como público-alvo os/as turistas nacionais e estrangeiros/as que visitam diariamente a cidade, movimentando a economia local e evidenciando uma realidade cada vez mais comum nos centros históricos: a reapropriação e transformação dos espaços pelo setor turístico, em franca expansão, mesmo em tempos de crise, criando uma notável diferenciação/segregação espacial que, no limite, acaba por expulsar antigos/as moradores/as, quer por inconformidade às novas estruturas espaciais que acabam com espaços tradicionais de comércio e sociabilidades, quer por

³ “A reforma pombalina [referente ao Marquês de Pombal, Primeiro Ministro durante o reinado de Dom José I, no século XVIII] marcou indelevelmente a Universidade até o Estado Novo [regime político autoritário, autocrata, corporativista, ultranacionalista e antidemocrático que se iniciou em 1926 e só culminou em 1974, com a redemocratização do país], quer em virtude da amplitude e adequação pedagógica das instalações então construídas, quer pela ausência de edificações significativas durante o longo período que lhe seguiu” (Rosmaninho, 2006: 60).

⁴ A necessidade de ampliação e adequação do espaço universitário que começou a se impor nos anos que se seguiram à Reforma Pombalina, foi o mote para que o Estado Novo realizasse sua própria reforma, marcando o espaço da “Alta” arquitetônica e ideologicamente (Rosmaninho, 2006).

⁵ A desapropriação e destruição de parte do casario do Centro Histórico para a instalação da Universidade é, aliás, um dos pontos mais controversos do reconhecimento, pela UNESCO, da Universidade como Patrimônio Mundial, em junho de 2013.

impossibilidade de se manterem em territórios que cedem cada vez mais à especulação e exploração imobiliária que superfatura os valores dos imóveis, em um processo conhecido por *gentrificação*⁶.

A instalação definitiva do Polo 1 da Universidade esvaziou o território da Alta dos serviços e comércios locais destinados à população residente que outrora ali havia, que foram transportados para a Baixa ou para novas centralidades da cidade, deixando carentes dessas ofertas a população que ali reside na atualidade. Esta lógica de fomento da expansão urbana para outras localidades antes inabitadas e/ou pouco valorizadas, iniciada ainda no Estado Novo, cria novas concentrações urbanas e novas categorias sociais – notadamente uma classe média e uma elite distintas entre si, mas cada vez mais distantes da população empobrecida e com pouca ou nenhuma possibilidade de mobilidade social, remanescente nos centros históricos e tradicionais (em Coimbra, a Alta e a Baixa) – a partir de diferenciações espaciais bem delimitadas.

Um dos pontos, aliás, que mais chama a atenção de quem visita a Alta é a demasiada ênfase dada ao turismo em detrimento da qualidade de vida das pessoas que ali vivem, transformando-a quase que em um espaço cenográfico, onde, em um passado não muito remoto, havia vida e movimento. Ao ser classificada e identificada como um centro histórico, a Alta (juntamente com a Baixa) acabou, pouco a pouco, herdando uma série de problemas, típicos deste tipo de território: envelhecimento (populacional e territorial), degradação, potencial abandono de seu edificado e das áreas públicas, dificuldades de acesso e mobilidade (inadequação aos novos padrões de acessibilidade), falta de serviços e infraestruturas adequados, principalmente à população residente, risco iminente de *gentrificação*. Como bem sintetiza Fortuna (2006), as perdas que os centros históricos, de uma maneira geral, vêm enfrentando dizem respeito não só a uma

⁶ Vasconcelos (2013) esclarece que o conceito de *gentrification* (cuja origem – *gentry* – pode ser traduzida por “pequena nobreza”) foi usado pela primeira vez em 1964 pela socióloga britânica Ruth Glass, na intenção de descrever a invasão de bairros operários londrinos pela classe média. “Essa ‘invasão’ de artistas, *yuppies* ou mesmo de famílias de classe média sem filhos [...], leva à valorização dos imóveis e à expulsão dos habitantes originais” (Vasconcelos, 2013: 29 – grifos do autor), podendo, também, ser realizado pelo Estado, através de programas de revitalização urbana normalmente voltados para o lazer e o turismo. De acordo com Bataller (2012), a *gentrificação* é um fenômeno fundamentalmente urbano que “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*” (Bataller, 2012: 10 – grifos do autor). Esse fenômeno pode ter consequências bastante drásticas à população de um território que, no limite, pode ser, forçada a se deslocar para outro território, em razão de variadas dificuldades de manutenção e permanência no território original.

subalternização pelas novas centralidades, mas, também, “enquanto referência cultural e histórica da dignidade e da identidade urbanas” (Fortuna, 2006: 02).

Transitando entre as funções residenciais, turísticas e acadêmicas, é na Alta que se concentra o maior número de “repúblicas estudantis” da cidade. As “repúblicas estudantis” são alojamentos comunitários, com estatuto próprio – ou regras de convívio estabelecidas entre seus/suas moradores/as –, compartilhados por estudantes durante o seu período de permanência na Universidade. Em Coimbra, as “repúblicas” são consideradas patrimônios, tendo sua origem no século XIV, quando o rei Dom Dinis destinou, aos estudantes universitários, algumas casas na zona da Almedina, fomentando o protecionismo real em relação ao alojamento, alimentação e bem-estar geral dos estudantes, política esta mantida, no século XVI, pelo rei Dom João III, que mandou providenciar mais moradias comunitárias universitárias (Silva; Madeira, 2009)⁷. Em geral, as “repúblicas” têm nomes jocosos e, além de espaços residenciais, constituem-se espaços turísticos – inclusive abertos a visitas –, culturais e de manifestações políticas, não só no âmbito estudantil. Estas “repúblicas” – 28, ao todo; metade localizada na “Alta” de Coimbra (Silva; Madeira, 2009) – são filiadas à Associação Académica de Coimbra, entidade estudantil ligada à Universidade. A própria Universidade também gerencia um sistema de alojamento estudantil – são as chamadas “Residências Universitárias”, ou, simplesmente, RU. As RU são disponibilizadas pelos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra – SASUC – através de edital próprio, com candidaturas abertas a estudantes com matrícula na UC ou em mobilidade. Há, ainda, outro tipo de alojamento universitário, este organizado e gerenciado por iniciativas particulares, com quartos ou apartamentos destinados exclusivamente ao arrendamento pela população estudantil.

Em termos populacionais, a população residente da Alta é composta, atualmente, por basicamente dois tipos distintos: os/as idosos/as⁸ e os/as estudantes. Estes, na sua maioria, residem durante a sua vida acadêmica nas já mencionadas “repúblicas”, ou em residências alugadas o que, em ambos os casos, os caracteriza como uma população muito flutuante, já que, oriundos das mais variadas partes do país, da Europa e do

⁷ Apesar de as “repúblicas” da Alta ocuparem edificações bastante antigas e até degradadas, a especulação imobiliária, com o aumento abusivo dos aluguéis na revisão de contratos, tem provocado insegurança aos/as estudantes “republicanos”, que têm buscado alternativas e parcerias para manter as moradias.

⁸ Quase 32% dos habitantes da Alta têm idades iguais ou superiores aos 65 anos (BGRI/INE/2011).

mundo, acabam por retornar aos seus territórios de origem ou, em algumas vezes, trocar de território ao fim de sua vida acadêmica.

As diferenças entre ambas as populações não se resumem, nesse território específico, às diferenças etárias. Uma das diferenças mais marcantes diz respeito ao tempo de residência no território: a população idosa da Alta ali reside há muitos anos. Por outro lado, a vizinhança jovem é, significativamente, uma população volátil, o que dificulta o fortalecimento de laços sociais entre os dois grupos, embora haja algum convívio – que inclui conflitos e colaborações – entre ambos.

Outro ponto refere-se aos níveis de escolaridade. Enquanto a maioria dos/as jovens estudantes possui, pelo menos, o ensino médio completo, estando a cursar uma graduação – quando não um mestrado ou um doutorado – o nível de escolaridade dos/as idosos/as da Alta é bem mais restrito: 19,2% não completaram nenhum estudo; 55,6% possuem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico como maior escolaridade (que corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental, no Brasil); apenas 1,9% possuem o ensino médio completo e 4,9% possuem o nível superior.

Outro aspecto que distingue as duas populações – idosos/as e jovens estudantes – diz respeito às oportunidades de sociabilidade. Residindo em “repúblicas” ou compartilhando aluguel, grande parte dos/as jovens vive com uma ou mais pessoas. Um número significativo da população idosa da Alta, por sua vez, vive só. Além disso, a saída do mundo do trabalho e a perda ou afastamento e distanciamento de parentes, amigos e vizinhos, além de frequentes problemas de mobilidade e de acesso a espaços públicos e de convivência, restringem muito as trocas sociais destes sujeitos. Em contrapartida, os/as jovens estudantes têm acesso a diversificados locais de trocas sociais, a começar pelo próprio espaço acadêmico da Universidade.

É possível perceber que o território da Alta comporta, desde sua remota origem, elementos contraditórios e até antagônicos que acabam por se conflitarem em suas relações cotidianas.

Sua formação hierárquica permanece, ainda hoje, nos imaginários da população de Coimbra e de Portugal, em geral. A imagem da nobreza e da fidalguia transferiu-se para o patrimônio histórico e para a Universidade e seu saber, que se sobrepõe – sendo legitimado nessa sobreposição – aos demais.

O turismo apropria-se desse patrimônio, dando-lhe novas formas e valorações.

No meio disso tudo, duas populações distintas que têm seu cotidiano nesse território cheio de paradoxos. De um lado, as pessoas idosas; de outro, os/as jovens estudantes. Embora a vulnerabilidade das pessoas idosas frente a essa realidade territorial salte, inegavelmente, aos olhos, também os/as estudantes têm se ressentido com o peso de viver num centro histórico que se vê, pouco a pouco, tomado pelo turismo e seus empreendimentos.

Um convívio harmonioso e horizontal fica, muitas vezes, comprometido em um território em que diferentes forças atuam, de forma desigual, pela sua própria permanência e sobrevivência.

Em nossos estudos (Veiga; Ferreira; Cordeiro, 2016; Veiga, 2018), pudemos perceber, através da realização de uma etnografia no território da Alta, os conflitos existentes nas relações entre as pessoas idosas e a população de jovens estudantes, muitos desses conflitos centrados em uma suposta hierarquia, com os/as estudantes ocupando o topo e a população idosa, a base. Reclamações e relatos de desrespeito, entretanto, foram colhidos de ambos os lados. Também pudemos acompanhar relações de entreajuda entre as duas vizinhanças, o que leva a considerar que o convívio intergeracional deve ser aprendido e praticado na base da empatia e do desprendimento de todas as partes envolvidas.

A história da Alta, no entanto, muito vincada à própria história da cidade, com sua importância para a região, para o país e para o mundo, pelo fato de ter sido capital do Reino e de albergar uma das mais antigas e importantes universidades do mundo talvez possam, em parte, explicar a marcada hierarquização de seus espaços, suas atividades, suas relações, e a ênfase dada à educação formal, especialmente ao ensino superior, mesmo que (ou talvez por isso mesmo) seu acesso e, principalmente, a permanência e o sucesso, nem sempre sejam fáceis, podendo se transformar em processos excludentes. O peso da sua universidade (onipresente em sua torre – a “Cabra”) –, inclusive como referência turística e patrimonial, também se reflete em termos simbólicos e representacionais nos imaginários construídos sobre a Alta – e mesmo sobre a cidade como um todo –, mesmo por seus cidadãos e cidadãs, muito embora esta imagem venha se desgastando, pouco a pouco, provocando o que Fortuna e Peixoto (2002: 09) reconhecem como um “desencantamento da cidade”.

Mesmo assim, essa imagem tradicional reforça a ideia de um espaço público como privilégio de poucos; espaço este sequer pensado, para muitos, principalmente enquanto lugares de pertença.

Passado, presente e futuro; Universidade, poder público local, regional e nacional, empresas, organizações, comunidade; tecnologia, sociedade e humanidade; educação formal, informal e não formal; hierarquia, horizontalidade, autoridade, participação... As vivências e relações cotidianas dos territórios estão impregnadas de imaginários, representações e significados construídos a partir de contextos históricos passados, mas, muitas vezes, ainda muito presentes nessas vivências e relações. Talvez as forças tenham sido, até agora, desiguais. A gestão adequada de um território deve promover – não sem conflitos, não sem confrontos, mas buscando o diálogo e o consenso – o equilíbrio dessas forças. Todas são faces de um mesmo processo, um processo permanente que, como tal, requer permanentes reflexões, idas e vindas, recuos, desvios e avanços.

Referências Bibliográficas

Alarcão, J. de (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bataller, M.A.S. (2012). “O estudo da gentrificação”. *Revista Continentes*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 09-37.

Fortuna, C. (2006). “Centros históricos e patrimónios culturais urbanos – Uma avaliação e duas propostas para Coimbra”. *Oficina do CES n° 254*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 01-14.

Fortuna, C.; Peixoto, P. (2002). “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”. In: Fortuna, C.; Silva, A.S. (Orgs.). *Projecto e circunstância – Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, pp. 17-63.

Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (2012). “Introdução”. In: Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (Orgs.). *Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, pp. 15-43.

Rosmaninho, N. (2006). *O poder da Arte – O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra.

Silva, M.A.L. da; Madeira, S. (2009). *Repúblicas Universitárias de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Simões Júnior, J.G.; Campos, C.M. (2013). “Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, jan-jun/2013, pp. 47-69.

Vasconcelos, P. de A. (2013). “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades”. In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R.L.; Pintaudi, S.M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, SP: Contexto, pp. 17-37.

Veiga, C.; Santos, L.M. dos. (2012). “O caso de Coimbra”. In: Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (Orgs.). *Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira*. São Paulo, SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, pp. 375-427.

Veiga, M.R.M.; Ferreira, S.C.M.; Cordeiro, A.M.R. (2016). “Entre 'Repúblicas' e 'Centros de Dia': Relações Intergeracionais na 'Alta' de Coimbra”. In: Ricardo Pocinho; Sónia Mairos Ferreira; Vítor Nuno Anjos. (Org.). *Conversas de Psicologia e do Envelhecimento Ativo*. 1º ed.Coimbra: Associação Portuguesa Conversas de Psicologia, 2016, v. 1, p. 117-135.

Veiga, M.R.M. (2018). “Velhices e Territórios: Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal”. *Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos*, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.